

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO II



COIMBRA / 1943

AUGUSTO BOTELHO DA COSTA VEIGA: *Ourique—Val de Vez* (in *Anais — Ciclo da Fundação da Nacionalidade — da Academia Portuguesa da História*, vol. 1, Lisboa, 1940).

Abrindo as publicações comemorativas do duplo centenário da fundação e da restauração de Portugal, da Academia Portuguesa da História, o Tenente-Coronel Costa Veiga apresenta um trabalho que é verdadeiramente notável, pois ao aproveitamento de fontes inéditas, alia um penetrante espírito crítico e uma preocupação de rigor que lhe permitiram chegar com segurança a conclusões da maior importância para o estabelecimento definitivo dos factos.

Constitue este estudo o desenvolvimento de um relatório apresentado pelo Autor ao Conselho da Academia sobre a localização da batalha de Ourique. Mas, porque a tradição trecentista, que localiza a batalha no Alentejo, se refere igualmente à aclamação de D. Afonso Henriques, entendeu C. V. dever também abordar este assunto, ocupando-se do recontro de Vale-de-Vez, o que, por seu turno, o levou a analisar Cernesa, Leiria e as operações de Tui em 113y. Em suma, como o próprio autor declara, foi «levado a tentar a revisão da História político-militar portuguesa entre 1137 e 1141, período — acentua com razão — de uma dificuldade extrema pela escassez de elementos cronológicos documentais, em contraste com a multiplicidade das guerras, ora num, ora, simultaneamente, em dois e mais teatros de operações».

As conclusões a que chegou o Autor são assim por êle enunciadas :

- i.º) Rectificação cronológica das operações de Afonso vu, Afonso Henriques e Garcia Ramires em 1137.
- 2.º) Reivindicação da importância política de Ourique, que julga ter determinado a adopção do título de rei pelo Infante português.
- 3.º) Rectificação da data do rompimento da paz de Tui, que protraí para Agosto ou Setembro de 1140.
- 4.º) Fixação da batalha de Cernesa em Setembro de 1140, e da campanha de Vale-de-Vez em Setembro do ano seguinte.
- 5.º) Localização (em colaboração com Gastão de Melo Matos) desta última campanha ou «bafordo» de Vale-de-Vez.

Finalmente, tendo tido necessidade de utilizar as confirmações dos documentos para provar a presença dos confirmantes, apresenta algumas achegas para a teoria diplomática do «consenso», que muito contribuem para esclarecer este problema a que o Autor chama, com razão, «o ponto mais obscuro da diplomática peninsular e, simultaneamente, um dos mais importantes, pois dele depende a solução de alguns graves problemas de História Política e Militar». E certo que — observa C. V. — não consente a actual situação eurística elucidá-lo por completo — quer dizer: chegar a certeza a seu respeito»; mas, em face dos numerosos diplomas que analisa, é levado a crer com toda a verosimilhança que as confirmações eram — pelo menos por via de regra — reais, e não fictícias», conclusão esta muito importante, que não pode deixar de se tomar em conta em trabalhos futuros.

Assim consegue C. V. desbravar consideravelmente o difícil terreno em que se embrenhou. E, se nem sempre obtém resultados apreciáveis, isso se deve à carência de fontes, que não a deficiências do historiador.

Na nota sobre o significado político do Tratado de Tui de 1137, que publicámos neste volume, já tivemos ocasião de nos referir largamente a mais de um passo deste estudo; mas alguma coisa mais devemos, no entanto, dizer aqui.

Assim, relativamente à localização do prélio de Ourique e à aclamação de D. Afonso Henriques, é evidente que a tradição, pela primeira vez expressa (que se saiba) menos de duzentos anos depois do acontecimento, tem pelo menos valor histórico considerável.

Mas há mais: o documento que se diz emanado do mestre provincial português Pedro Escacho (1316-1330), e que consta de uma representação que os freires de Santiago se propuseram dirigir ao papa contra o mestre geral da Ordem, documento que — prova-o Costa Veiga — a é da época e da proveniência que inculca», tem excepcional valor como testemunho dos factos que não se prendem directamente com a pendência em causa. Está nesse caso a batalha de Ourique, anterior à própria fundação da Ordem, tanto mais que não só o intervalo de cerca de 180 anos «não pode considerar-se suficiente para haver deformado a tradição da região do encontro, ou até a do próprio local dentro dessa região»,

mas também as múltiplas alusões a factos administrativos da Ordem provam que o redactor do texto se baseou em diplomas do respectivo cartório. Por outro lado — acentua ainda, com razão, Costa Veiga— «é de rejeitar a hipótese de que os freires portugueses se arriscassem a prejudicar o efeito do seu articulado, inserindo neste falsidades sobre pontos não essenciais à demanda».

Além disso, como o Autor demonstra, «em quasi todo esse longo período, os cristãos estiveram, ou de posse efectiva ou, pelo menos, em contacto directo com o Baixo Alentejo, por tanto em condições de não esquecer a região, senão mesmo o local, onde a famosa batalha se dera».

E rematando as suas considerações sobre a localização da batalha observa o historiador:

«Não há, a meu ver, comparação possível entre a *Tradição*, remota, e as modernas *hipóteses* — entre o caso do Campo de Ourique do Baixo Alentejo e os dos restantes Ouriques. O primeiro — continua — conjuga-se, para mais, com as extensas operações de *raças*, vulgares em todo o decurso da Reconquista; os outros nenhuma tradição possuem e são, além disso, incompatíveis com a *situação geral estratégica* de 113g e com os métodos de guerra da época, quando não brigam — como o do Cartaxo — com o próprio texto de documentos contemporâneos e fidedignos».

Depois de reconhecer, assim, «a extrema probabilidade da tradição do Baixo Alentejo — uma probabilidade tal que raia a certeza» — Costa Veiga passa a ocupar-se da aclamação de D. Afonso Henriques como rei.

É evidente que a hipótese de Herculano que protraí a aclamação para o recontro de Vale-de-Vez em 1140, não pode ser hoje de modo nenhum admitida. Num estudo notável, o historiador alemão Erdmann reforça absolutamente as conclusões de Costa Veiga, admitindo também a aclamação em Ourique (4).

Partilhamos absolutamente da opinião de C. V. sobre a localização e a data do *bafordo* de Vale-de-Vez. O facto de ser improvável, em vista dos estacionamentos conhecidos de Afonso vu entre Julho de 1139 e Abril de 1140, que este monarca tivesse então

(9 *De como D. Afonso Henriques assumiu o título de Rei*. Comunicação apresentada ao Congresso do Mundo Português em 1940.

tempo para vir do Minho, torna, na verdade, inadmissível a data proposta por Herculano.

Por outro lado, a circunstância, justamente posta em relêvo, de não constar que Afonso VII estivesse em 1140 em Santiago, para onde a *Chronica Imperatoris* diz que se encaminhou logo após o recontro, ao passo que existem dois diplomas do monarca castelhano exarados em Compostela a 23 e 24 de Setembro de 1141, não é, certamente, uma simples coincidência, tanto mais que no primeiro destes diplomas,—uma doação a Antealtares (2) — «se encontram vários fidalgos mencionados na crónica de Afonso VII e na nossa *Chronica Gothorum* como havendo tomado parte nas operações de Vale-de-Vez».

E Costa Veiga observa ainda: «Até, para seu acordo com a narrativa da *Chronica Adefonsi Imperatoris* ser maior, nele se omitem, como confirmantes, os magnates Rodrigo Gomes [de Lara], Lopo Lopes [de Carrion] e Guterre Fernandes [de Castro], que a mesma *Chronica* explicitamente diz não terem vindo a Vale-de-Vez» (3).

Mas se, relativamente a este ponto, estamos perfeitamente de acordo com o Autor, não assim sobre a data que atribue a Cernesa (4).

E certo que a *Historia Compostelana* não se refere explicitamente a este prélio, mas isso não basta para invalidar a cronologia que o cronista de Afonso VII claramente estabelece, referindo-se a duas acções dos muçulmanos contra Leiria — a primeira das quais* de 1137, sucede imediatamente a Cernesa (5) — tanto mais que os

(2) Costa Veiga chega à conclusão, embora só pela análise do formulário — visto não poder aplicar o principal critério hoje seguido para o exame da autenticidade de diplomas (o confronto da letra), por não se conhecer outro documento do mesmo escriba—de que o referido diploma «parece resistir a qualquer suspeita».

(3) Além destas circunstâncias, C. V. refere-se ainda à de a conquista de Leiria pelos mouros, que precedeu Vale-de-Vez, ter-se dado em Outubro de 1140.

(4) Já o dissemos na nota 35 da pág. 330 desta revista.

(5) Vide, atrás, a pág. 327 e n.ª 20, e pág. 330, n.ª 35 e 36. Esta acção dos muçulmanos contra Leiria está evidentemente relacionada com o desastre de Tomar a que se refere a Crónica dos Godos, devendo mesmo considerar-se como o seguimento da mesma acção.

autores da *Compostelana* não pretendem sequer dar uma relação completa dos feitos do infante português nessa campanha da Galiza. De facto, limitam-se a descrevê-la assim: «... Infans Portuga-lensis... parato suo exercitu terram Imperatoris intravit, et bellica manu Tudensem Civitatem violenter obtinuit, et quaedam Castra furtim per quemdam Comitum accepit» (6).

O Autor dá grande importância aos itinerários militares para o estabelecimento da cronologia dos acontecimentos, baseando-se no lugar da expedição e na data dos diplomas — dados êsses que conjuga com as subscrições que, como vimos, considera, em principio, reais. E assim elabora teorias estratégico-cronológicas que, embora não apresente como definitivas — admitindo até a hipótese de estarem «sujeitas a ulteriores modificações e mesmo a fracasso total» — julga, e muito bem, de verdadeira «utilidade, como esquemas provisórios de coordenação lógica e guias de futuras pesquisas».

De acordo com êste critério, C. V. organiza vários mapas (que apresenta no fim do seu trabalho, das pessoas reais, condes, prelados, ricos-homens e tenentes que confirmam os diplomas de Afonso VII, e das suas testemunhas, bem como de todos os confirmantes e testemunhas dos diplomas de D. Afonso Henriques neste período.

Escusado se torna encarecer a utilidade dum trabalho que tanto contribui para a compreensão de sucessos que se nos apresentam tão confusamente.

Costa Veiga, com verdadeiro espírito de historiador, compreendeu que é absolutamente indispensável conferir os dados que as fontes narrativas nos oferecem com os que os diplomas régios e particulares nos permitem apurar. Daí, a análise minuciosa, por vezes exaustiva, que faz dos textos diplomáticos. E não é êste um dos menores méritos dêste notável trabalho, que uma série de cartas históricas cuidadosamente elaboradas, e a transcrição e reprodução fac-similada de vários documentos muito valorizam.

TORQUATO DE SOUSA SOARES

(6) *España Sagrada*, xx, págs. 585 e 586.